

Título	O setor elétrico brasileiro em 2016
Veículo	Portal Fato Online
Data	07 janeiro 2016
Autor	Claudio J. D. Sales



Artigo

O setor elétrico brasileiro em 2016

Cláudio Sales*

O ano de 2016 deve trazer vigorosas mudanças de rumo na política de governo com relação ao setor elétrico. Esta convicção decorre do “fundo do poço” a que se chegou em 2015, caracterizado, em boa parte, por recordes de aumentos na conta de luz (mais de 50% em relação a 2014), pela “judicialização” do setor (a liquidação mensal dos contratos ficou paralisada por mais de 100 ações liminares), pela pressão sobre o caixa das concessionárias de distribuição, pela frustração de leilões de transmissão que não tiveram ofertantes e pelos inúmeros casos de corrupção em estatais de energia.

Um primeiro passo para sair desse “fundo de poço” acabou de ser dado, com a promulgação, no dia 8 de dezembro, da Lei 13.203, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico e estabelece as bases para que empresas possam, eventualmente, abrir mão de ações liminares que tenham impetrado.

O sucesso dessa medida, a ser confirmado em janeiro, fará com que o setor volte a respirar, mas ainda “dentro do poço”. Para sair de lá, há inúmeros temas que requerem evolução urgente, dentre os quais cabe destacar: o aprimoramento dos leilões de transmissão, o equacionamento da questão indígena que impacta a maior parte do potencial hidrelétrico disponível, a privatização das distribuidoras subsidiárias da Eletrobrás e a essencial estabilidade regulatória.

O próximo ano será especialmente desafiador para o setor de transmissão de eletricidade. O fracasso dos leilões dos últimos anos (15 lotes vazios em 2015, 12 em 2014, 10 em 2013) tem como consequência direta um enorme atraso em relação à expansão planejada para o sistema. Apenas para citar um dos fatores que têm levado à falta de interesse nos leilões, não faz sentido que a remuneração de capital (o chamado “WACC regulatório”) considerada no preço-teto de uma linha de transmissão a ser construída seja menor que a adotada quando o governo quis vender hidrelétricas existentes, sem risco de construção. Além disso, resta o desafio de modernizar a rede existente para comportar as demandas futuras. A inserção crescente de fontes intermitentes de energia, como a eólica, demandará uma rede de transmissão mais flexível e robusta e as concessionárias não dispõem de recursos na tarifa para investir na modernização necessária. Computados todos os atrasos, o elo da transmissão requererá em 2016 investimentos da ordem de 20 bilhões de reais. Esses aportes não virão sem a correção dos problemas que já são mais do que conhecidos pelo governo.



A ineficiência e a imprevisibilidade do processo de licenciamento ambiental decorrem de múltiplas causas, como a fraca coordenação entre diferentes órgãos licenciadores e a insegurança jurídica. São problemas antigos, que precisam de solução, mas em 2016 a questão indígena destaca-se como uma das mais impactantes. Enquanto não for pacificada formalmente a questão da consulta prévia e o modelo de compensação financeira aos povos tradicionais, novos projetos – como os planejados para o Rio Tapajós – dificilmente sairão do papel no ritmo desejado.

Já na distribuição, há a expectativa de boas notícias rumo à eficiência: a privatização das distribuidoras subsidiárias da Eletrobrás finalmente deverá acontecer em 2016 e é incompreensível que esse processo não tenha acontecido há mais tempo. A gestão estatal foi incapaz de assegurar um padrão mínimo de eficiência nas últimas décadas, gerando prejuízos multibilionários para os contribuintes brasileiros, numa ordem de grandeza comparável à meta de superavit primário que o país não conseguiu cumprir. Por outro lado, há exemplos encorajadores quando se comparam concessionárias privadas e estatais em áreas de concessão vizinhas e semelhantes. As primeiras são modelos de eficiência e sustentabilidade, além de boas pagadoras de impostos, enquanto as segundas prestam péssimo serviço e destroem valor ano após ano.

O passado recente do setor elétrico trouxe duras lições que, se bem aprendidas, deverão resultar num maior esforço em prol da estabilidade regulatória, pedra fundamental para a sustentabilidade do setor. É nossa expectativa que 2016 traga sinais claros nessa direção.

**Presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)*

O ano de 2016 deve trazer vigorosas mudanças de rumo na política de governo com relação ao setor elétrico. Esta convicção decorre do “fundo do poço” a que se chegou em 2015, caracterizado, em boa parte, por recordes de aumentos na conta de luz (mais de 50% em relação a 2014), pela “judicialização” do setor (a liquidação mensal dos contratos ficou paralisada por mais de 100 ações liminares), pela pressão sobre o caixa das concessionárias de distribuição, pela frustração de leilões de transmissão que não tiveram ofertantes e pelos inúmeros casos de corrupção em estatais de energia.

Um primeiro passo para sair desse “fundo de poço” acabou de ser dado, com a promulgação, no dia 8 de dezembro, da Lei 13.203, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico e estabelece as bases para que empresas possam, eventualmente, abrir mão de ações liminares que tenham impetrado.

O sucesso dessa medida, a ser confirmado em janeiro, fará com que o setor volte a respirar, mas ainda “dentro do poço”. Para sair de lá, há inúmeros temas que requerem evolução urgente, dentre os quais cabe destacar: o aprimoramento dos leilões de transmissão, o equacionamento da questão indígena que impacta a maior parte do potencial hidrelétrico disponível, a privatização das distribuidoras subsidiárias da Eletrobrás e a essencial estabilidade regulatória.

O próximo ano será especialmente desafiador para o setor de transmissão de eletricidade. O fracasso dos leilões dos últimos anos (15 lotes vazios em 2015, 12 em 2014, 10 em 2013) tem como consequência direta um enorme atraso em relação à expansão planejada para o sistema. Apenas para citar um dos fatores que têm levado à falta de interesse nos leilões, não faz sentido que a remuneração de capital (o chamado “WACC regulatório”) considerada no preço-teto de uma linha de transmissão a ser construída seja menor que a adotada quando o governo quis vender hidrelétricas existentes, sem risco de construção. Além disso, resta o desafio de modernizar a rede existente para comportar as demandas futuras. A inserção crescente de fontes intermitentes de energia, como a eólica, demandará uma rede de transmissão mais flexível e robusta e as concessionárias não dispõem de recursos na tarifa para investir

na modernização necessária. Computados todos os atrasos, o elo da transmissão requererá em 2016 investimentos da ordem de 20 bilhões de reais. Esses aportes não virão sem a correção dos problemas que já são mais do que conhecidos pelo governo.

A ineficiência e a imprevisibilidade do processo de licenciamento ambiental decorrem de múltiplas causas, como a fraca coordenação entre diferentes órgãos licenciadores e a insegurança jurídica. São problemas antigos, que precisam de solução, mas em 2016 a questão indígena destaca-se como uma das mais impactantes. Enquanto não for pacificada formalmente a questão da consulta prévia e o modelo de compensação financeira aos povos tradicionais, novos projetos – como os planejados para o Rio Tapajós – dificilmente sairão do papel no ritmo desejado.

Já na distribuição, há a expectativa de boas notícias rumo à eficiência: a privatização das distribuidoras subsidiárias da Eletrobrás finalmente deverá acontecer em 2016 e é incompreensível que esse processo não tenha acontecido há mais tempo. A gestão estatal foi incapaz de assegurar um padrão mínimo de eficiência nas últimas décadas, gerando prejuízos multibilionários para os contribuintes brasileiros, numa ordem de grandeza comparável à meta de superavit primário que o país não conseguiu cumprir. Por outro lado, há exemplos encorajadores quando se comparam concessionárias privadas e estatais em áreas de concessão vizinhas e semelhantes. As primeiras são modelos de eficiência e sustentabilidade, além de boas pagadoras de impostos, enquanto as segundas prestam péssimo serviço e destroem valor ano após ano.

O passado recente do setor elétrico trouxe duras lições que, se bem aprendidas, deverão resultar num maior esforço em prol da estabilidade regulatória, pedra fundamental para a sustentabilidade do setor. É nossa expectativa que 2016 traga sinais claros nessa direção.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)